



## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

---

Rio de Janeiro, 10 de abril de 2017.

**Comunicação: 398/2017**

**PROCESSO N. 574/2017**

### **DECISÃO**

O ITABORAI PROFUTE F.C., nos autos do RECURSO VOLUNTÁRIO em que guerreia decisão que aplicou ao seu atleta WELLERSON DA SILVA MACHADO a penalidade de 4 (quatro) partidas de suspensão.

O mencionado Recurso Voluntário trás no seu bojo pedido liminar de efeito suspensivo, que no primeiro momento por esse Auditor, que não constatou a existência de *periculum in mora*.

Maneja, agora, pedido de reconsideração, alegando que o atleta já havia cumprido a metade de pena.

#### **RESUMIDAMENTE RELATADOS, DECIDO:**

Os mesmos argumentos utilizados por este Relator, para o indeferimento do pedido anterior, servem de subsídio para a concessão do efeito suspensivo desejado, no presente momento processual.

Com efeito, o Atleta cumpriu 50% da pena inicialmente imposta, vez que deixou de ser escalado nas partidas subsequentes a sua expulsão.

Assim, a pretensão agora passa a ter amparo legal, agregando-se a isso o fato de que se trata de atleta primário, conforme



## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

---

o informado pela Secretaria, aplicando-se, aqui, a regra do artigo 147-B, do CBJD, diante do princípio da fungibilidade dos recursos.

*Ex positis*, DEFIRO o pedido de concessão de efeito suspensivo ao Recurso Voluntário oferecido ITABORAI PROFUTE FC, em favor de WELLERSON DA SILVA MACHADO.

Publique-se e intime-se, dando ciência à Procuradoria.

Rio de Janeiro, 11 de outubro de 2017.

José Jayme de Souza Santoro  
Auditor Relator